



MACABÉA

REVISTA ELETRÔNICA DO NETLLI
ISSN 2316-1663

VOLUME 12, NÚMERO 2 | ABR. - JUN. 2023

<https://doi.org/10.47295/mren.v12i2.840>

EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA NO OLHAR DA COMPLEXIDADE: UM ESTUDO DE REVISÃO NARRATIVA

INCLUSIVE PHYSICAL EDUCATION IN THE PERSPECTIVE OF COMPLEXITY: A NARRATIVE REVIEW STUDY

HUDDAY MENDES DA SILVA

DANDARA QUEIROGA DE OLIVEIRA SOUSA

GEYSA CACHATE ARAÚJO DE MENDONÇA

PAULO FELIPE RIBEIRO BANDEIRA

MARIA APARECIDA DIAS

RESUMO | INDEXAÇÃO | TEXTO | REFERÊNCIAS | CITAR ESTE ARTIGO | OS AUTORES

RECEBIDO EM 28/03/2023 ● APROVADO EM 22/06/2023

Abstract

The critic Finazzi-Agrò (2012) has pointed out a silence in Rosian historiography about the historical reference to the construction of the "great city," read Brasília, in the first and last tale of the **Primeiras estórias**, "As margens da alegria" (The margins of joy) and "Os cimos" (The Tops). The two events are contemporary, occurring in 1960 and 1961 respectively. From this notation, in this article we analyze the links between nature and violence in the *Primeiras estórias* (First stories). Our hypothesis is that the narrative enunciates a space of dilapidation of nature, the most "raised" modern city in the world takes in its wake an entire natural space, circumscribes itself in the spectrum of "ecological ruins of modernity". To do so, we draw on the theoretical assumptions of *materialist ecocriticism*, that is, we draw on the body interface between the human and the

non-human. The Boy, the protagonist of "As margens da alegria", establishes an embodied relationship with nature through the notion of *transcorporality*. In the first moment, natural beauty is accessed through contentment at the sight of the "imperial turkey" and the *locus amoenus*. Soon after, this encounter is converted into trauma, met with the world of "circumstantiality": the hostile space of the machines that build the monument.

Resumo

O crítico Finazzi-Agrò (2012) assinalou um silêncio na historiografia rosiana sobre a referência histórica a construção da "grande cidade", leia-se Brasília, no primeiro e último conto das **Primeiras estórias**, "As margens da alegria" e "Os cimos". Os dois eventos são contemporâneos, ocorreram, respectivamente, em 1960 e 1961. A partir desta notação, analisamos neste artigo os liames entre natureza e violência no primeiro relato. Nossa hipótese é que a narrativa enuncia um espaço de dilapidação da natureza, a cidade moderna mais "levantada" do mundo leva de roldão todo um espaço natural, se circunscribe ao espectro das "ruínas ecológicas da modernidade". Para tanto, nos baseamos nos pressupostos teóricos da *ecocrítica materialista*, isto é, recorreremos a interface corporal entre o humano e não humano. O Menino, protagonista d'"As margens da alegria", estabelece uma relação corporizada com a natureza por meio da noção de *transcorporalidade*. No primeiro momento, o belo natural é acedido através do contentamento pela visão do "peru imperial" e do *locus amoenus*. Logo após, esse encontro se converte em trauma, encontra-se com o mundo da "circunstristeza": o espaço hostil das máquinas que constroem o "monumento".

Entradas para indexação

KEYWORDS: Physical School Education. Inclusion. Intricacy.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física Escolar. Inclusão. Complexidade.

Texto integral

1. INTRODUÇÃO

Na essência dos indivíduos particularidades são observadas, diferenciando todos os sujeitos, discretamente ou de forma explícita, originada de forma biológica ou culturalmente, por contextos raciais e/ou aspectos socioeconômicos; outros por sua vez, por comprometimentos estruturais e/ou funcionais, como as condições de pessoas com deficiência.

Historicamente percebe-se que as condições das pessoas com deficiência ao longa da estruturação de uma sociedade atual, perpassaram por visões conturbadas em termo de aceitação, respeito e valorização. Envoltas ao capitalismo, tecnologias e principalmente de uma sociedade informativa, o conhecimento científico possibilitou um novo entendimento acerca da deficiência, substituindo o misticismo e os preceitos religiosos, compreendendo então por uma linha biofisiológico.

Com esse novo contexto, normalizar a presença de pessoas com deficiência é um problema que se enfrenta desde então. Esse processo é conceituado por Silva, Seabra Júnior e Araújo (2008), como um conjunto de ações direcionadas para garantir a participação de todos numa sociedade com equidade, sem considerar aspectos socioeconômicos, condições físicas, opções de gênero e/ou orientação sexual. Seabra Júnior (2012), traz na perspectiva do contexto escolar, que para que isso aconteça é necessário abranger à todos o processo de escolarização, dando condições de acesso e de permanência com participação efetiva em quaisquer instituições ao qual esteja inserido.

A tempos, pesquisas relacionadas com a temática de inclusão escolar vêm crescendo, porém esse crescimento exponencial na produção acadêmica não significa dizer que esteja acontecendo de forma satisfatória. Lacunas ainda não respondidas são difundidas ao longo dos anos, seguindo sem respostas, com isso se faz necessário que tais pesquisas, além de publicadas possa suprir uma necessidade real e que consigam respostas para as demandas que esse processo necessita (SOUZA; MENDES, 2017).

Segundo Oliveira, Nunes e Munster (2017), a maior parte das pesquisas envolvendo Educação Física e Inclusão Escolar, concentram-se no professor de Educação Física, com o objetivo de investigar a prática pedagógica, sobre a análise do processo inclusivo e sobre formação continuada para com esses profissionais. Ainda destaca, que lacunas relacionadas as políticas públicas, sobre os serviços de apoio à inclusão com ênfase na comunidade escolar devem ser mais estimuladas, assim concluindo que as pesquisas desenvolvidas ao longo dos anos não superam as dificuldades e tampouco traduz os avanços do discurso, das ações e das políticas que efetivamente possam dar suporte para novas formas de se pensar e intervir de forma inclusiva.

Segundo Ren (2017), a Educação Física Escolar deve ser analisada com base nos pensamentos complexos, enfatizando que o desenvolvimento das coisas não são de forma linear e que existe uma conexão generalizada entre as diferentes coisas, e que está inerente ao processo de ensino da Educação Física no contexto educacional. Com essa perspectiva, e alinhando com o processo de inclusão, Strieder e Lago (2015, pag. 17), traz que a “complexidade e transdisciplinaridade residem concepções de que os conhecimentos são construídos a partir dos referenciais de valorização da diversidade cultural”, com isso possibilitando uma construção de ambientes educacionais inclusivos.

Pensando dessa forma, Alves (2016), propões que para que se haja inclusão no âmbito educacional é necessário que aconteça a partir do fortalecimento da diversidade e que isso irá depender da estratégia de convivência que a sociedade irá construir, se serão através de teias que interligam e facilitam o processo de comunicação ou fragmentadas e com barreiras, ao qual despertam sentimentos preconceituosos e de exclusão. O mesmo, ainda sugere que a inclusão seja desenvolvida com base em práticas de aprendizagem integradoras e inclusivas, alicerçada na teoria da complexidade, ao qual pode gerar ações transformadoras para uma sociedade mais integrada com uma valorização na diversidade.

Com base no que foi apontado até o momento, percebemos que ainda existem lacunas na literatura a respeito do processo de inclusão no contexto educacional, e

no que diz respeito à Educação Física Escolar, por mais que parece um espaço inclusivo ainda se necessita de maiores investigações.

Diante da realidade que nos cerca sobre a inclusão nas aulas de Educação Física Escolar e seus inúmeros desafios, a presente pesquisa objetiva desenvolver uma revisão narrativa sobre uma Educação Física Escolar Inclusiva através dos pensamentos complexos. Associado a isso, perpassa pelos conceitos que assola a Educação Física Inclusiva e a Teoria da Complexidade no que concerne a área da Educação, por meio de artigos publicados em períodos na língua portuguesa e inglesa, sem corte temporal.

2. METODOLOGIA

Essa revisão trata de um recorte teórico da tese de doutoramento vinculado ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – PPGEd/UFRN em convênio com a Universidade Regional do Cariri – URCA através de um Doutorado Interinstitucional (DINTER).

A pesquisa realizada a partir de uma revisão narrativa da literatura, buscou por produções científicas que abordassem a perspectiva da inclusão nas aulas de Educação Física Escolar com base na Teoria da Complexidade, por meio de descritores apontados pelo Thesaurus Brasileiro da Educação¹, “Educação Física Escolar”, “Educação Inclusiva”, “Complexidade”, “Inclusão”, “Educação Física”, “*School Physical Education*”, “*Inclusive Education*”, “*Complexity*”, “*inclusion*” e “*physical education*”, com uso de operadores *booleanos*: *and*, *or* e *not*, nas seguintes bases de dados: *Imbase*, *Lilacs*, *Scielo*, *Web Of Scienc*, Periódicos da Capes, *Google Acadêmico* e *BDNT* (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações).

Os dados seguem apresentados em tópicos subsequentes, com o intuito de proporcionar ao leitor uma visão abrangente em relação ao processo de inclusão, bem como a perspectiva da Teoria da Complexidade está inserida em tal, culminando numa visão crítica acerca do estado de conhecimento sobre o processo de inclusão de estudantes com deficiência no ensino regular, com o foco principal nas aulas de Educação Física Escolar.

3. EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E INCLUSÃO

Segundo Oliveira, Nunes e Munster (2017), a partir da década de 1990, houve um aumento significativo nas pesquisas com a temática da Inclusão Escolar em

¹ Vocabulário controlado que reúne termos e conceitos, extraídos de documentos analisados no Centro de Informação e Biblioteca em Educação (CIBEC), relacionados entre si a partir de uma estrutura conceitual da área. Estes termos, chamados descritores, são destinados à indexação e à recuperação de informações. Não é simplesmente um dicionário, mas um instrumento que garante aos documentalistas e pesquisadores o processamento e a busca destas informações.

nosso país. E que esse aumento não significa dizer que esteja acontecendo uma inclusão de forma satisfatória, que provavelmente haja uma falsa impressão sobre todo esse processo, destacando que não podemos nos basear apenas em um aumento quantitativo, mas que tais pesquisas possam identificar demandas e respondê-las.

Para Machado (2017), as práticas inclusivas relacionadas a inclusão de alunos com deficiência nas escolas brasileiras se instalaram na década de 90, a partir de duas declarações ao quais impulsionaram as Políticas de Inclusão, sendo elas: Declaração Mundial sobre Educação Para Todos, de 1990, e a Declaração de Salamanca, de 1994, ao qual destaca os princípios, políticas e práticas na área das Necessidades Educacionais Especiais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9.394/1996) manifesta sobre prerrogativas acerca da educação inclusiva, em seu artigo 4º, inciso III, onde “O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante garantia de atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1996). Ainda, se tratando da LDB 9.394/1996, além dos primeiros indícios para uma educação inclusiva, marca a inserção da Educação Física no ensino regular de forma obrigatória, mesmo que não para todos os alunos.

Recentemente com a publicação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento de caráter normativo para as redes de ensino e referência obrigatória para construção dos currículos escolares e propostas pedagógicas para o ensino infantil, fundamental e médio, percebemos um descompromisso com a garantia da inclusão e da Educação Especial, principalmente por não trazer informações concisas a respeito disso, deixando para que cada currículo e Projeto Político Pedagógico das unidades de ensino especifiquem essa necessidade, como também a abordagem a ser inserida, não garantindo assim que tais necessidades sejam observadas e dada sua devida atenção e importância. Coelho, Soares e Roehrs (2019), consideram essa abordagem da BNCC como um descaso com os educandos e um retrocesso do atual cenário educacional brasileiro.

Ainda sobre esse contexto, Coelho, Soares e Roehrs (2019), observam que ainda existem várias lacunas na formulações dos documentos que regem o processo de inclusão no sistema educacional brasileiro, destacando ao que se refere aos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento da pessoa com deficiência, bem como na flexibilidade dos currículos. Isso impactando diretamente nos aspectos norteadores para prática docente, não apresentando orientações adequadas para os professores, assim ficando incompreensivo as singularidades do processo inclusivo no contexto em sala de aula e ainda sugerem, que tais documentos deveriam trazer maiores aportes pedagógicos e embasamento normativos em relação ao processo inclusivo, visando principalmente a realidade escolar.

Diferentemente da BNCC, os PCN'S (Parâmetros Curriculares Nacionais), mesmo publicado na década de 90, contribuiu muito mais, apresentado conteúdo teórico e trazendo contribuições positivas aos profissionais da Educação, com um aporte didático mais amplo e com diferentes possibilidades de adaptações, desde o currículo até as práticas metodológicas. Machado (2017), fez uma análise bem mais

específica dos PCN's pensando no professor de Educação Física, e destacou que no que se refere as funções no contexto inclusivo, os discursos indicam que trabalhar as capacidades que envolvam percepção, afetividade, integração e inserção social do educando com deficiência. Além disso, há um foco nos aspetos morais e na condução social.

Segundo Cruz *et al.* (2017), a Educação Física enquanto componente curricular, caracteriza um campo direcionado para intervenção profissional, capaz de promover a ampliação do espaço em relações socioeducacionais para pessoas com condições peculiares de aprendizagem em seus processos de escolarização, utilizando-se de seus conteúdos de referências, como os jogos, esportes, ginásticas, danças e lutas.

Considerando que a inclusão se tornou uma prática indiscutível na escola, podemos considerar que todos os atores participantes de uma comunidade escolar estão imersos nessa prerrogativa. Assim, o professor de Educação Física e suas práticas, também estão inseridos nesse processo se responsabilizando pelo fazer pedagógico tendo como objetivo de estudo as práticas corporais. Para Machado (2017), esse desdobramento, relacionado a inclusão dos estudantes com deficiência nas aulas de Educação Física, além de vivenciar as práticas corporais, visa evitar o *Bullying* Escolar, discutir temáticas sobre gênero, resolver os problemas disciplinares, redução do risco social, promover saúde no intuito de prevenir doenças degenerativas, prevenir o uso de drogas, estabelecer a não discriminação dos sujeitos, descobertas de talentos, entre outros. Assim, considerando o uso de práticas corporais como meio de promover política de inclusão.

Os padrões por tempos vêm definindo o cenário educacional. Na Educação Física não tem sido diferente, os padrões à nível nacional, estadual e até mesmo municipal, se tornam a força motriz para construção do currículo e em relação as metodologias aplicadas pelos professores. E embora, espere-se que todos os estudantes atendam a tais padrões de aprendizagem, cabe o professor, dentro de sua metodologia de ensino, fazer com que os estudantes com deficiência atinjam os padrões, tornando-se um desafio para muitos professores, aplicando também aos professores de Educação Física (LIEBERMAN; JAMES; LUDWA, 2004).

Com vista essas problemáticas e observando as produções advindas da Educação Física Escolar e Inclusão no Brasil, um levantamento realizado por Oliveira, Nunes e Munster (2017), destacou no que concerne aos objetos investigados, três temas norteadores, o primeiro sobre a prática pedagógica; segundo, sobre a análise do processo inclusivo no âmbito da Educação Física escolar; e por último, sobre formação continuada, destacando ainda, que tais produções não foram capazes de estabelecer uma resolutividade sobre tal processo, que não superaram as dificuldades identificadas como também não se avançou de forma tão significativa sobre o discurso das ações e das políticas que efetivamente possam dar suporte para novas formas de pensar e intervir de forma inclusiva.

Observando tais lacunas, Barcelos *et al.* (2020), trazem em sua pesquisa narrativa, a visão de docentes quanto a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física, e com essa pesquisa pode observar que o contexto de inclusão é complexo e desafiam todos os envolvidos, com destaque, professores, corpo técnico-administrativo e familiares, além dos escolares, necessitando todos a repensarem suas práticas. Ainda, colocam que o cotidiano escolar é um espaço revelador de

fragilidades, ausências e de dificuldades quanto à uma educação de qualidade, inclusiva e que realmente atenda as necessidades e especificidades de todo um conjunto de estudantes, ao mesmo tempo, que considera a escola como sendo um potente lugar de inventividade, de operacionalizações táticas e estratégicas, com a perspectiva de explorar outras possibilidades educativas.

Uma realidade bem recente para a educação inclusiva brasileira vem apresentada por Machado e Fonseca (2021). Os autores, apontam a realidade educacional frente a pandemia alastrada em todo mundo, ao qual gerou-se como contenção em combate ao Sars-Cov-2 (Coronavírus) a adoção do distanciamento social. No Brasil não foi diferente, vários estados e municípios do país, tiveram essa prática, isso refletindo com a suspensão das atividades presenciais nas escolas e instituições de ensino superior, a partir de março de 2020, assim, migrando todo o sistema de ensino para o modelo remoto (on-line).

Machado e Fonseca (2021), a fim de problematizar a prática docente de professores de Educação Física Escolar no contexto das aulas remotas e no que concerne ao trabalho com estudantes com deficiência, destaca que há dificuldades em relação aos acessos desses alunos às aulas, bem como um afastamento deles em relação aos professores como aos seus colegas, totalmente diferente do contexto presencial, cujo as aulas desenvolvidas procuravam favorecer a vivência com o outro e potência da diferença. Destacam ainda, que o ensino remoto fez com reflexões a cerca do contato e do espaço escolar para a docência, principalmente na busca de potencializar a inclusão, não acontecessem mais.

Considerando todo esse contexto pelo qual a Educação Física Escolar Inclusiva vem passando ao longo do tempo, em relação as lacunas ainda existentes, a ineficiência do governo para políticas públicas inclusivas de acessibilidade e de permanência dos estudantes com deficiências no ensino regular, da sobrecarga e desvalorização do trabalho docente, das desigualdades sociais e econômicas e de todos os processos excludentes que permeiam os escolares com deficiência, esperamos que essas situações vividas, em especial em relação as aulas de Educação Física Inclusiva, não seja utilizada como laboratórios para o exercício de uma docência alinhada num processo educacional excludente, mas sim no sentido de sentir a diferença e do querer estar com o outro, assim, direcionando para uma melhor prática docente.

4. PENSAMENTOS COMPLEXOS E UMA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR INCLUSIVA

A forma de se pensar complexidade no contexto dessa revisão, não apresenta-se como conceitos complicados ou associados com dificuldades, mas num sentido de se pensar uma nova forma de incluir na Educação Física Escolar. Diversas transformações vêm assolando o mundo de forma acelerada, e para Cherobini e Martinazzo (2018), as verdades tornaram-se transitórias e dessa forma, o conhecimento científico a tempos deixou de ser considerado a única forma válida de se conhecer o mundo, o homem e a sociedade, apontando que o somatório de todos esses fatores têm nos encaminhado para um crise ou uma transição paradigmática dos saberes, como das ciências.

Segundo Mantoan (2015), essa crise acontece sempre que novos paradigmas surgem, e que é um tanto difícil, uma vez que esse marco é caracterizado pela queda de uma base no qual a ciência e os conhecimentos estavam se sustentando. E é justamente nesse cenário, que Edgar Morin, na década de 70, começa a disseminar uma nova forma de compreender o conhecimento, a partir do Pensamento Complexo. Para Morin, a complexidade caracterizava-se como um tecido, ao quais os acontecimentos faziam parte de um emaranhado de fios tecidos juntos (*Complexus*), abordando toda a heterogeneidade de forma que as ações e informações permanecia constante em relação as interações, constituindo um fenômeno complexo (MORIN, 2015).

Conceituando a Complexidade, Ozelame (2015), compreende esse fenômeno, como um tecido de fatos, ações e suas interações. Acredita ainda, que o pensamento complexo apresenta em diferentes momentos, uma desordem, ambiguidade e/ou incertezas, assim, necessitando de uma ordenação, como também de livrar-se das certezas, selecionar os elementos coerentes, precisar, clarificar e distinguir.

Tratando-se do contexto educacional, Mantoan (2015), destaca que a tempos o sistema educacional vem passando por um esgotamento, e que isso foi um dos fatores que estimularam o surgimento de novos paradigmas, colaborando para transformações nesse área em contexto. Segue evidente a necessidade da escola, também, acompanhar tais transformações que a modernidade trouxe consigo, como saberes interligados, velocidade de informações e de comunicação, além de novas formas de se compreender o mundo.

Morin (2015), destaca que a escola tradicional insiste em desenvolver seus conhecimentos com base em métodos empiristas e lógicos, aplicando de forma fragmentada, e percorrendo caminhos que se direcionam à erros. Aponta ainda, que esse trabalho fragmentado ocasiona não só a cegueira do conhecimento, mas sua incompreensão, trazendo efeito negativo no formado de compreender e pensar dos sujeitos. Essa fragmentação acaba por tornar o conhecimento incompreensível, trazendo várias maneiras de exclusão. Segundo Mantoan (2015), a forma de organização das escolas tradicionais, em isolar as disciplinas, acaba por separar os conhecimentos, em vez de reconhecer suas interrelações.

É importante destacar, que na proposta da complexidade e da transdisciplinaridade, a religação dos saberes, acontece de forma que não haja uma hierarquização entre esses, como também não há saber certo ou errado, ou com um grau de importância, por serem construídos a partir de conhecimentos provisórios, ligados por circunstâncias históricas, dinâmicas como os indivíduos que vivenciam e o projetam (SANTOS, 2008).

Com isso tudo, compreendemos que a Complexidade, surge no intuito e desafio no meio educacional, de superar as lacunas herdadas pelo pensamento tradicionalista, cartesiano e simplificador e, que as instituições educacionais precisam acompanhar esse processo de mudanças atreladas com o movimento moderno.

Para Petraglia (2011), o pensamento por não ser estático, gera uma necessidade de superarmos o pensamento simplista, dessa forma corroborando para o surgimento do pensamento complexo, e com isso sendo um caminho plausível em relação a superação da compartimentação do conhecimento, sendo a solidariedade como ponto crucial em relação ao desenvolvimento da consciência e

da compreensão humana. No que concerne a inclusão, a complexidade, exerce um papel muito importante, possibilitando educadores e educandos criarem um ambiente, como contextos formativos, mais dinâmicos e flexíveis, com cenários de respeito às diferenças e reconhecendo a diversidade cultural, como forma de se enriquecer as experiências individuais e coletivas (STRIEDER; LAGO, 2015).

Com essa perspectiva, percebemos quanto o pensamento complexo e a transdisciplinaridade possibilitam construir ambientes favoráveis para inclusão educacional, onde a diversidade é respeitada e valorizada. Para Morin (2011), o sentido da teoria da complexidade para Educação está na teoria e prática, no aprender a aprender, onde o educador transforma a sua ação numa prática pedagógica transformadora.

Fica evidente que a escola encontra-se em processo de construção de sua identidade, e essa identidade inicia-se a partir de identidades individuais, no sentido onde os sujeitos envolvidos percebem-se e compreendem-se parte de uma teia que une e relaciona-se com outras coisas, essa ação faz com a ciência seja “...una e múltipla, simultaneamente” (PETRAGLIA, 2011, p. 83).

Para Alves (2016), estratégias que colaboram com a inclusão estão associadas a práticas de aprendizagem integradoras. Tais estratégias possibilitam a abertura para um olhar multidimensional ao qual religa a diversidade e auxilia nos processos inclusivos. Ainda, destaca que atitudes de compreensão e solidariedade, são imprescindíveis na construção de ambientes inclusivos. Assim, compreende-se que a inclusão parte do princípio da compreensão da complexidade humana (CUNHA, 2016).

No que se concerne a pessoa com deficiência esse processo de inclusão na escola, encontra-se precedentes históricos que distanciam esses da sociedade e restringem a sua interação e atuação com os demais sujeitos envolvidos no processo Educacional durante sua permanência nas instituições de ensino (SANTOS, Mariselmá Oliveira dos *et al.*, 2020). Os primeiros passos para a superação dessa conjuntura, deu-se a partir de diversos movimentos populacionais e político-internacionais que se atentaram aos direitos humanos de todos, assim, implantando ações no Brasil em todo o contexto social e, por consequência, no cenário educacional. Com isso ações legais passaram a garantir métodos, estruturas físicas e recursos materiais adaptados às demandas de cada aluno ou aluna com deficiência (CARVALHO; SALERNO; ARAÚJO, 2015).

A Educação Física, enquanto componente curricular, também precisou passar por sérias adequações visando as exigências vigentes, principalmente no que concerne a assegurar a participação e permanência dos alunos com deficiências nas aulas. Com isso, ações de políticas públicas e no âmbito da formação (inicial e continuada) foram necessárias, a fim de orientar os docentes para uma nova modelagem de suas práticas educativas (SILVA, 2004).

Contudo, alicerçados na teoria da complexidade e da transdisciplinaridade, pensar em práticas de aprendizagem integradoras e inclusivas, assim como uma metodologia holística para promover inclusão nas aulas de Educação Física, aparece como desafio no cenário educacional, mas ainda que desafiador, esse movimento na Educação Física escolar é algo possível, por isso a necessidade de alterações posturais frente à diversidade que se apresenta o contexto escolar e educacional

dos estudantes com deficiência, assim, valorizando as potencialidade individuais e desenvolvendo cenários propícios a partir de cooperação e solidariedade.

Em relação a visão de Silva (2014), a respeito do papel do professor de Educação Física frente às práticas inclusivas na escola, o autor destaca o quanto é importante o seu papel no processo inclusivo, e sua prática não deve ser associada às velhas concepções excludentes, estando o professor de Educação Física empenhado em superar os desafios em relação à diversidade, realizando seu trabalho de conjunto com os diferentes atores envolvidos na educação das crianças com deficiência, assim como na comunidade escolar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante evidenciar nessas considerações, a relevância da pesquisa narrativa no contexto da Educação Física Escolar Inclusiva, nos possibilitando esse movimento de reflexão acerca do pensamento complexo ao qual classifica-se a educação como um todo, e em especial garantir a inclusão e permanência dos escolares com deficiência no ensino regular.

Inicialmente, percebemos que diferentes documentos normativos são apresentados ao longo dos anos com o objetivo de estabelecer um currículo para Educação Física Escolar, assim como orientações pedagógicas para prática docente. Porém, o que percebemos é que mesmo com a ampliação de pesquisas acerca da inclusão de crianças com deficiências no ensino regular, pouco se tem investido em políticas públicas de inclusão no país. Deixando cada vez mais, a cargo dos docentes a função de pensar a inclusão na escola.

Apesar da teoria da complexidade já ser discutida no contexto educacional, poucas pesquisas evidenciam a inclusão de estudantes com deficiência nas aulas de Educação Física. Compreender que o sistema educacional é complexo, não é difícil de entender, principalmente quando se apresentam as interrelações existentes entre os diferentes atores envolvidos no processo de educação desses estudantes (professores, família, gestão escolar, estudantes, entre outros).

O pensamento complexo como um elemento capaz de estruturar a Educação Física Escolar e assim influenciar diretamente na práxis pedagógica docente, vem como um desafio contemporâneo. E que leva a assertiva que a Educação Física enquanto práxis pedagógicas, tem um longo caminho a percorrer, principalmente no que se refere à inclusão e o que essa base teórica propõe é justamente um esforço dos professores de Educação Física na busca de uma orientação acerca de um fazer pedagógico através de uma prática holística e busca de interrelações com os diferentes atores envolvidos nesse processo.

Para finalizar, importa sublinhar que precisamos ampliar as discussões a respeito da inclusão nas aulas de Educação Física, refletir sobre as diferentes formas de viver a diferença nas práticas pedagógicas docentes, com um olhar para o outro no sentido de compreender seus modos de estar no mundo e de aprender. É numa Educação Física inclusiva que devemos investir.

Referências

ALVES, Maria Dolores Fortes. **Práticas de aprendizagem integradoras e inclusivas: autoconhecimento e motivação**. Rio de Janeiro: WAK, 2016. Disponível em: < https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Práticas+de+apredizagem+integradoras+e+inclusivas%3A+autoconhecimento+e+motivação&btnG= >. Acesso em: 23 Ago. 2021.

BARCELOS, Marciel; MARTINS, Rodrigo Lema Del Rio; BONFAT, Daniela Lima; BRITO, Lucas Xavier. A inclusão na Educação Física escolar: um estudo narrativo com professores de Miracema do Tocantins/TO. **Motrivivência**, vol. 32, no. 63, p. 01–18, 25 Aug. 2020. DOI 10.5007/2175-8042.2020E72134. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2020e72134> >. Acesso em: 10 Nov. 2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, lei nº 9.394. 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm >. Acesso em: 10 Nov. 2021.

CARVALHO, Camila Lopes de; SALERNO, Marina Brasiliano; ARAÚJO, Paulo Ferreira de. A educação especial nas leis de diretrizes e bases da educação brasileira: uma transformação em direção à inclusão educacional. **Horizontes - Revista de Educação**, vol. 3, no. 6, p. 34–48, 2015. Disponível em: < <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/horizontes/article/view/5099> >. Acesso em: 3 Nov. 2021.

CHEROBINI, Ana Lina; MARTINAZZO, Celso José. O PENSAMENTO COMPLEXO E AS IMPLICAÇÕES DA TRANSDISCIPLINARIDADE PARA A PRÁXIS PEDAGÓGICA. **APRENDER - Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**, no. 5, 23 Mar. 2018. Disponível em: < <https://periodicos2.uesb.br/index.php/aprender/article/view/3187> >. Acesso em: 3 Nov. 2021.

COELHO, Caroline Pugliero; SOARES, Renata Godinho; ROEHRS, Rafael. Visões Sobre Inclusão Escolar No Contexto De Educação Especial: PCN X BNCC. **Revista Educação e Políticas em Debate**, vol. 8, no. 2, p. 158–174, 12 Dec. 2019. DOI 10.14393/REPOD-V8N2A2019-50943. Disponível em: < <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/50943> >. Acesso em: 10 Nov. 2021.

CRUZ, Gilmar de Carvalho; MADRID, Silvia Christina de Oliveira; RODRIGUES, David; CRUZ, Gilmar de Carvalho; MADRID, Silvia Christina de Oliveira; RODRIGUES, David. Dossiê: Educação Física escolar no contexto da inclusão e diferença. **Práxis Educativa**, vol. 12, no. 2, p. 314–316, 2017. DOI 10.5212/PRAXEDUC.V.12I2.0001. Disponível em: <

http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-43092017000200314&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt >. Acesso em: 10 Nov. 2021.

CUNHA, Eugênio. **Práticas pedagógicas para inclusão e diversidade**. 6ª. Rio de Janeiro : WAK Editora, 2016. vol. 1, . Disponível em: < <https://www.booktoy.com.br/praticas-pedagogicas-para-inclusao-e-diversidade-4433> >. Acesso em: 3 Nov. 2021.

LIEBERMAN, Lauren J.; JAMES, Alisa R.; LUDWA, Nicole. The Impact of Inclusion in General Physical Education for All Students. **http://dx.doi.org/10.1080/07303084.2004.10607238**, vol. 75, no. 5, p. 37–41, May 2004. DOI 10.1080/07303084.2004.10607238. Disponível em: < <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/07303084.2004.10607238> >. Acesso em: 9 Nov. 2021.

MACHADO, Roseli Belmonte. Educação Física escolar e políticas de inclusão: entre a gestão de riscos e o ensino. **Práxis Educativa**, vol. 12, no. 2, p. 430–447, 6 Jul. 2017. DOI 10.5212/PRAXEDUC.V.12I2.0008. Disponível em: < <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/8829> >. Acesso em: 10 Nov. 2021.

MACHADO, Roseli Belmonte; FONSECA, Denise Grosso da. Docência em Educação Física Inclusiva: esgotamentos vividos no contexto do ensino remoto brasileiro. **Educación Física y Ciencia**, vol. 23, no. 3, p. e188–e188, 1 Jul. 2021. DOI 10.24215/23142561E188. Disponível em: < <https://efyc.fahce.unlp.edu.ar/article/view/efyce188/14475> >. Acesso em: 10 Nov. 2021.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

MORIN, Edgar. **O método 4 : as idéias - habitat, vida, costumes, organização**. 6ª. Porto Alegre: Sulina, 2011. vol. 4, .

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 5ª. Porto Alegre: [s. n.], 2015.

OLIVEIRA, Patrícia Santos de; NUNES, João Paulo da Silva; MUNSTER, Mey de Abreu Van. Educação Física Escolar e Inclusão: uma revisão sistemática da produção discente na Pós-Graduação brasileira. **Práxis Educativa**, vol. 12, no. 2, p. 570–590, 2017. DOI 10.5212/PraxEduc.v.12i2.0016. Disponível em: < <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.12i2.0016> >. Acesso em: 22 Ago. 2021.

OZELAME, Diego Machado. Pensamento complexo, educação e aprendizagem. **Revista Espaço Acadêmico**, vol. 15, no. 170, p. 80–86, 14 Jun. 2015. Disponível

em: <

<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/26600>

>. Acesso em: 3 Nov. 2021.

PETRAGLIA, Izabel Cristina. **Edgar Morin : a educação e a complexidade do ser e do saber**. 13ª. Rio de Janeiro: Vozes, 2011. vol. 1, .

REN, Yadong. Research on School Physical Education Problem based on Complexity Theory View. , p. 1385–1389, 1 Jun. 2017. DOI 10.2991/ICESAME-17.2017.299. Disponível em: < <https://www.atlantis-press.com/proceedings/icesame-17/25877480> >. Acesso em: 23 Ago. 2021.

SANTOS, Akiko. Complexidade e transdisciplinaridade em educação: cinco princípios para resgatar o elo perdido. **Revista Brasileira de Educação**, vol. 13, no. 37, p. 71–83, 2008. DOI 10.1590/S1413-24782008000100007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/j/rbedu/a/5qbJPVmkqkbqNMj8hGTXVBN/abstract/?format=html&lang=pt> >. Acesso em: 3 Nov. 2021.

SANTOS, Mariselma Oliveira dos; CARVALHO, Camila Lopes de; ARAÚJO, Paulo Ferreira de; SALERNO, Marina Brasiliano. Educação Física escolar e inclusão: um estudo de caso no Brasil sob a óptica do modelo bioecológico. **Motrivivência**, vol. 32, no. 62, p. 01–21, 4 Jun. 2020. DOI 10.5007/2175-80402.2020E67312. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-80402.2020e67312> >. Acesso em: 3 Nov. 2021.

SEABRA JÚNIOR, Luiz. **Educação Física e inclusão educacional: entender para atender**. 2012. 111 f. Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, 2012.

SILVA, Rita de Fátima da. **UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA A AÇÃO DO PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR NA EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA: CONSTRUÇÃO MEDIADA PELOS ASPECTOS DOS CONTEXTOS HISTÓRICOS, POLÍTICOS E SOCIAIS RITA DE FÁTIMA DA SILVA Campinas 2005**. 2004. 01–184 f. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. Disponível em: < http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/EDUCACAO_FISICA/dissertacao/Silva.pdf >. Acesso em: 3 Nov. 2021.

SILVA, Franci Kelle Rodrigues. **Atendimento Educacional Especializado e Educação Física Escolar: possibilidades de parceria colaborativa no processo de inclusão escolar de educandos com deficiência intelectual**. 2014. Universidade Federal de Alagoas - UFAL, 2014. Disponível em: < <http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/riufal/3352> >. Acesso em: 3 Nov.

2021.

SILVA, Rita de Fátima da; SEABRA JÚNIOR, Luiz;; ARAÚJO, Paulo Ferreira de. **Educação física adaptada no Brasil: da história à inclusão educacional**. São Paulo: Phote, 2008.

SOUZA, Christianne Thatiana Ramos de; MENDES, Eniceia Gonçalves. Revisão Sistemática das Pesquisas Colaborativas em Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Especial**, vol. 23, no. 2, p. 279–292, 1 Apr. 2017. DOI 10.1590/S1413-65382317000200009. Disponível em: <
<http://www.scielo.br/j/rbee/a/sxPMLY5ZBTgWMJvfkdsGQdP/abstract/?lang=pt>
>. Acesso em: 22 Ago. 2021.

STRIEDER, Roque; LAGO, Clenio. Educação inclusiva: um convite para pensar a complexidade humana. **R Est Inv Psico y Educ**, vol. Extr.(8), p. 17–22, 2015. DOI 10.17979/reipe.2015.0.08.142. Disponível em: <
<https://www.researchgate.net/publication/284194713> >. Acesso em: 23 Ago. 2021.

Para citar este artigo

SILVA, H. M. da; SOUSA, D. Q. de O.; MENDONÇA, G. C. A. de; BANDEIRA, P. F. R.; DIAS, M. P. Educação Física inclusiva no olhar da complexidade: um estudo de revisão narrativa. **Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli**, Crato, v. 12, n. 2, 2023, p. 55-68.

Os autores

HUDDAY MENDES DA SILVA é doutorando pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – PPGEd/UFRN; Docente do Departamento de Educação Física da Universidade Regional do Cariri – URCA.

DANDARA QUEIROGA DE OLIVEIRA SOUSA é doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – PPGEd/UFRN; Docente do Departamento de Educação Física da Universidade Regional do Cariri – URCA.

GEYSA CACHATE ARAÚJO DE MENDONÇA é doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – PPGEd/UFRN; Docente do Departamento de Educação Física da Universidade Regional do Cariri – URCA.

PAULO FELIPE RIBEIRO BANDEIRA é doutor em Ciências do Movimento Humano; Docente do Departamento de Educação Física da Universidade Regional do Cariri – URCA.

MARIA APARECIDA DIAS é doutora em Educação e docente do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – PPGEd/UFRN.